

# Sumário

---

SOBRE A COLEÇÃO LIEBMAN .....	5
AGRADECIMENTOS .....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	17
1. INTERPRETAÇÃO DAS LEIS E NEGÓCIOS JURÍDICOS DE DIREITO MATERIAL ....	23
1.1. Interpretação das leis .....	25
1.1.1. Interpretação gramatical .....	35
1.1.2. Interpretação lógica ou racional .....	39
1.1.3. Interpretação sistemática .....	43
1.1.4. Interpretação histórica .....	47
1.1.5. Interpretação teleológica ou sociológica .....	52
1.2. Interpretação dos negócios jurídicos de direito material .....	55
2. CRITÉRIOS PREVISTOS NO ART. 489, § 3º, DO CPC .....	75
2.1. A interpretação com base na conjugação de todos os elementos da decisão .....	75
2.1.1. A importância do relatório .....	76
2.1.2. A importância da fundamentação .....	83
2.1.3. O dispositivo .....	90
2.1.4. Síntese conclusiva da interpretação conjunta dos elementos da decisão .....	97
2.2. Interpretação segundo o princípio da boa-fé .....	98
3. MANIFESTAÇÕES DAS PARTES E DO JUIZ COMO CRITÉRIO INTERPRETATIVO ...	113
3.1. Manifestações <i>intraprocessuais</i> .....	113
3.2. Manifestações <i>extraprocessuais</i> .....	126

4. OUTROS CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS PARA A INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS .....	133
4.1. Sentido usual ou comum da palavra .....	133
4.2. Termos técnicos .....	134
4.3. Pedidos implícitos/decisões implícitas/efeitos anexos ou secundários da decisão .....	137
4.4. Divergência entre os números dos algarismos e aquele por extenso .....	140
4.5. Efeito útil da decisão .....	142
4.6. Local e tempo da sentença .....	145
4.7. As presunções .....	148
4.7.1. Presunção de julgamento conforme a lei .....	148
4.7.2. Presunção de julgamento conforme a jurisprudência .....	150
4.7.3. <i>In dubio pro reo/in dubio pro misero/in dubio pro libertate/in dubio pro natura/in dubio pro personae</i> .....	155
5. MEIOS E MOMENTOS PARA A INTERPRETAÇÃO. MECANISMOS DE IMPUGNAÇÃO .....	161
5.1. Responsáveis pela interpretação .....	161
5.1.1. A vontade do juiz como critério interpretativo: a interpretação “autêntica” .....	161
5.1.2. Terceiros .....	166
5.2. Embargos de declaração .....	168
5.3. Petição simples .....	171
5.4. Recursos ordinários .....	172
5.4.1. A interpretação dos acórdãos: importância da ementa. Análise dos votos vencedores e vencidos .....	175
5.4.2. Transcrição das notas taquigráficas ou visualização do áudio/vídeo do julgamento .....	177
5.5. Liquidação, cumprimento de sentença, impugnação ao cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade .....	181
5.6. Reclamação .....	185
5.7. Processo posterior .....	192
5.8. Momento da averbação ou registro .....	198
5.9. Recurso especial .....	201
5.10. Recurso extraordinário .....	206
5.11. Ação rescisória .....	207
5.12. <i>Querela nullitatis</i> .....	211
5.13. Negócio jurídico processual sobre interpretação das decisões judiciais .....	216

6. AÇÃO DECLARATÓRIA INTERPRETATIVA .....	221
7. INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS ESTRANGEIRAS .....	231
8. INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO ARBITRAL .....	241
9. ORDEM DOS CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS .....	243
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>247</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>259</b>